

Fundação Promon
de Previdência
Social

FP
PS

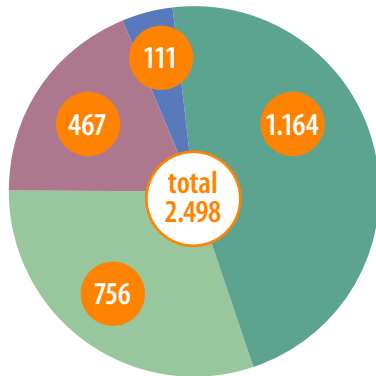


Relatório Anual 2018

Sumário

Destaques 2018	01
A FPPS em 2018	04
Investimentos	06
Governança	07
Plano Promon MultiFlex	10
Rentabilidade	10
Política de investimentos	12
Hipóteses e métodos atuariais	14
Plano anual de custeio para 2019	15
Plano Promon BásicoPlus	18
Rentabilidade	18
Superavit e Reserva especial	20
Política de investimentos	21
Hipóteses e métodos atuariais	22
Plano anual de custeio para 2019	23
Atualizações da legislação	26
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	27
Política de investimentos	27
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	30

PARTICIPANTES DA FPPS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



- **Ativos** Funcionários das empresas Promon.
- **Assistidos** Participantes já aposentados ou beneficiários de um participante falecido.
- **Autopatrocinos** Ex-funcionários das empresas Promon que, ao saírem da empresa, optaram por continuar no plano fazendo contribuições adicionais para aumentar suas reservas previdenciárias, até serem elegíveis ao recebimento do benefício.
- **Em BPD (benefício proporcional diferido)** Participantes que, ao saírem da empresa, optaram por continuar no plano sem fazer contribuições adicionais, até serem elegíveis ao recebimento do benefício.

▶ Participante mais jovem:

19 anos

▶ Participante mais idoso:

93 anos

▶ Idade média dos participantes assistidos:

MultiFlex: **67 anos**

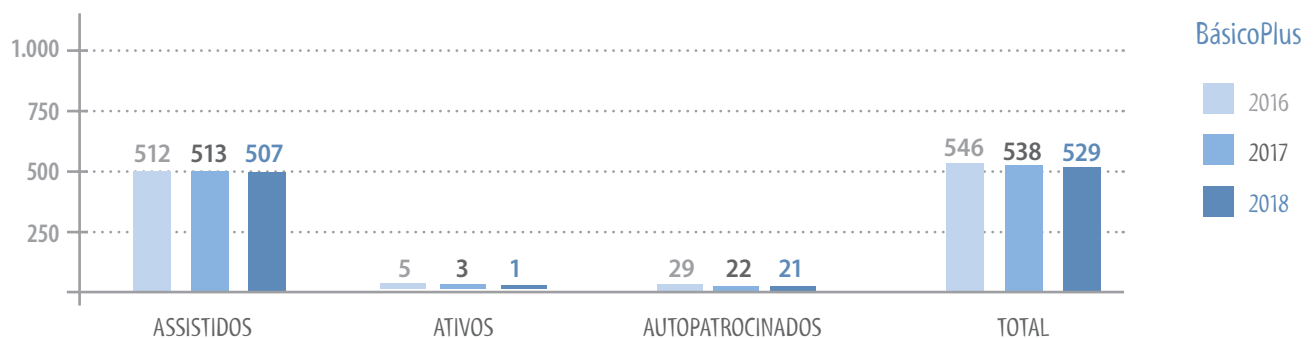
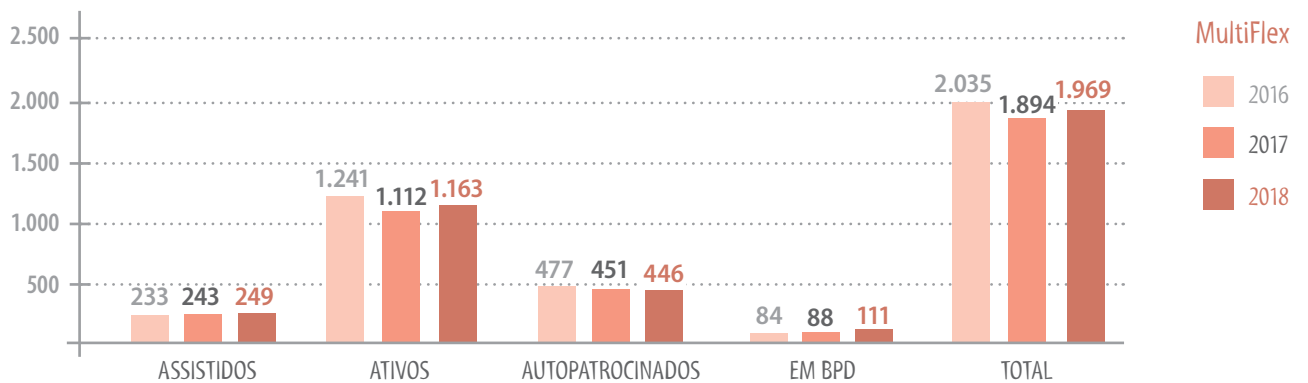
BásicoPlus: **71 anos**

▶ Idade média dos participantes ativos, autopatrocinos e em BPD:

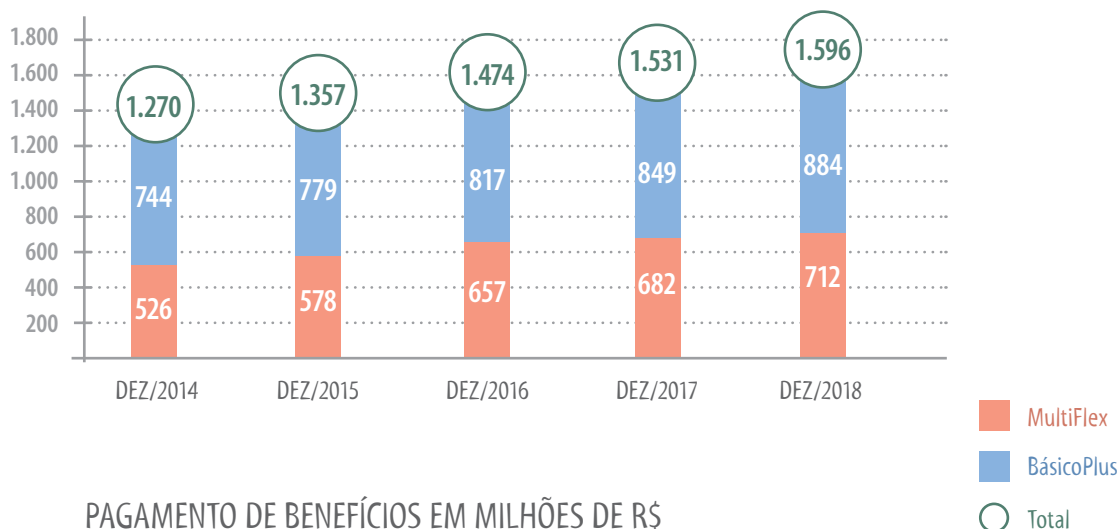
MultiFlex: **37 anos**

BásicoPlus: **57 anos**

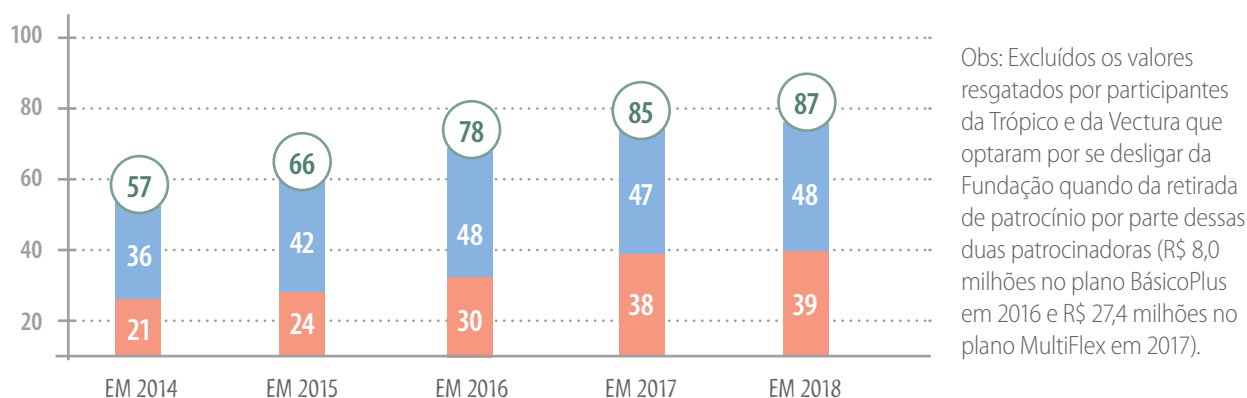
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PARTICIPANTES POR PLANO DE BENEFÍCIOS



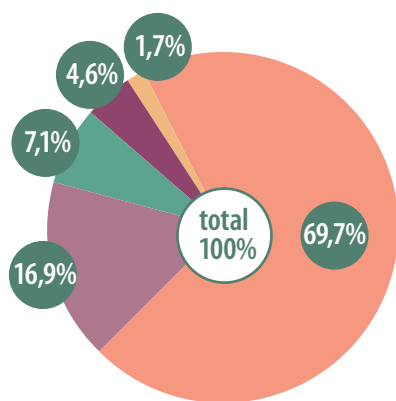
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (ATIVO TOTAL) EM MILHÕES DE R\$



PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS EM MILHÕES DE R\$

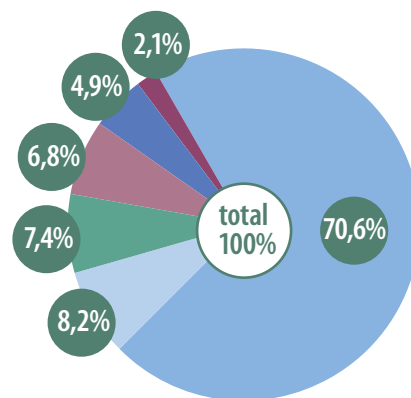


ALOCÇÃO DA CARTEIRA DO PLANO MULTIFLEX



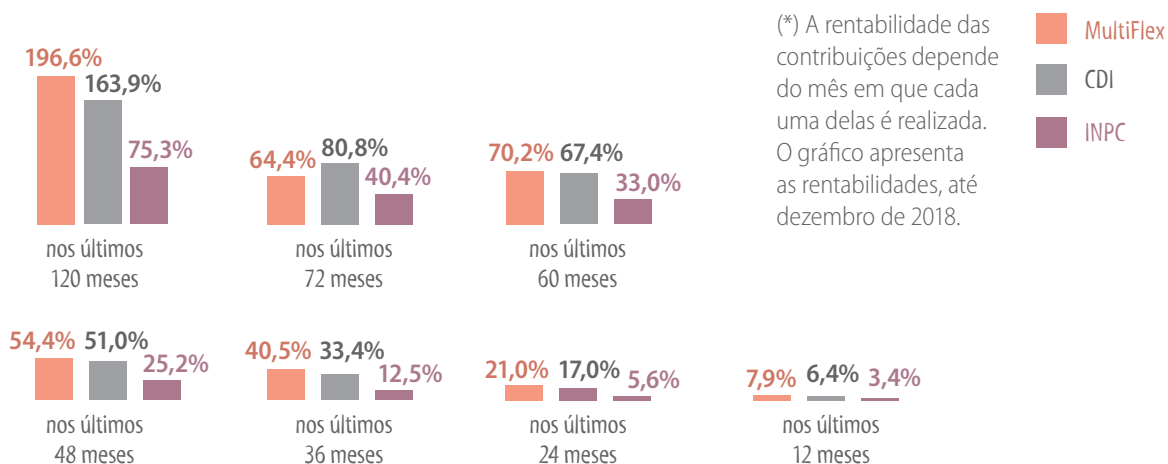
- renda fixa
- investimentos estruturados
- renda variável
- investimentos no exterior
- operações com participantes

ALOCÇÃO DA CARTEIRA DO PLANO BÁSICOPLUS

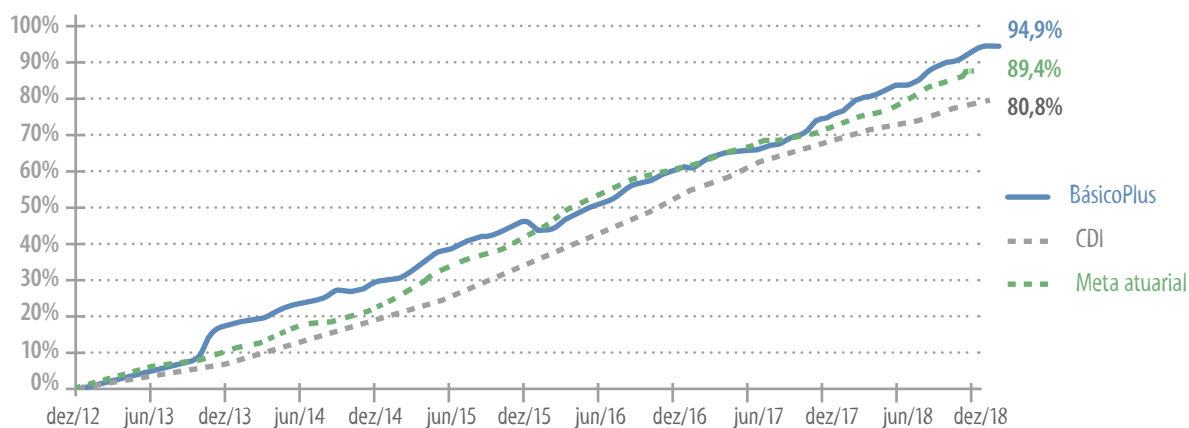


- renda fixa (títulos públicos na curva)
- renda fixa (outros)
- renda variável
- investimentos estruturados
- investimentos imobiliários
- investimentos no exterior

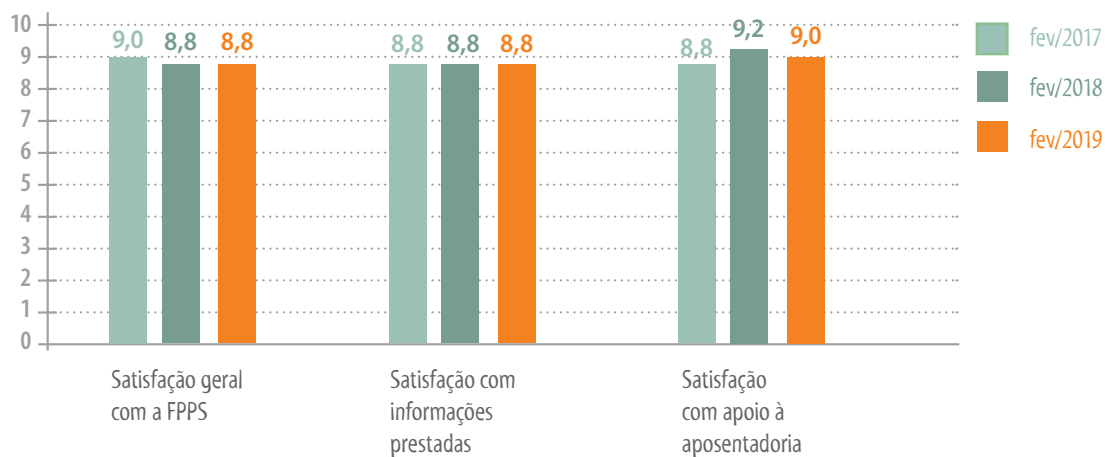
RENTABILIDADE DA QUOTA DO PLANO MULTIFLEX PARA AS CONTRIBUIÇÕES REALIZADAS (*)



RENTABILIDADE DO PLANO BÁSICOPLUS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS



PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS PARTICIPANTES



A FPPS em 2018

A Fundação Promon de Previdência Social (FPPS) foi fundada em 1975 e é atualmente a mais antiga entidade fechada de previdência complementar patrocinada por empresa do setor privado em atividade no país. Durante esses 43 anos, vem contabilizando vitalidade e resultados expressivos, atestando o sucesso e a eficácia das estratégias adotadas na gestão dos recursos financeiros de seus participantes.

Seguindo a tendência histórica, 2018 foi mais um ano no qual os dois planos previdenciários administrados pela FPPS apresentaram rentabilidade muito relevante, acima de ambas as metas. A FPPS registrou ativos totais desses planos de R\$ 1,6 bilhão no fim de 2018, R\$ 65 milhões a mais do que no ano anterior. Cumprindo seu maior objetivo, ao longo do ano a entidade pagou R\$ 87,2 milhões em benefícios previdenciários aos seus 756 participantes assistidos e recebeu contribuições no valor de R\$ 19,5 milhões para seus 1.631 participantes ativos e autopatrocinados. No total, a Fundação finalizou o período com 2.498 participantes, número semelhante ao do ano anterior. São 1.969 participantes no plano Promon MultiFlex, da modalidade contribuição definida, e 529 participantes no plano Promon BásicoPlus, da modalidade benefício definido.

Em linha com o que já havia ocorrido em 2016 e 2017, principalmente em função do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e dos desdobramentos em torno desse episódio, o ano de 2018, como previsto no planejamento da Fundação para a elaboração das Políticas de Investimentos dos planos, também foi marcado por incertezas e desafios, resultado de turbulências políticas e econômicas, no Brasil e no exterior.

O cenário econômico internacional começou o ano bastante favorável, fundamentado em um crescimento global que se mostrava sincronizado entre as economias desenvolvidas e que, ainda que estivesse levando à gradual redução da liquidez internacional, possibilitava desempenhos bastante positivos, inclusive entre os países emergentes. Entretanto, em poucos meses esse crescimento passou a dar sinais de esgotamento e envolveu para um sentimento geral de aversão a riscos, agravado pela guerra comercial entre Estados Unidos e China, as duas principais potências comerciais globais, e desalinhamentos cada vez maiores entre as economias dos países desenvolvidos. Entre subidas e descidas dos mercados, esse quadro provocou a queda das bolsas de valores globais e a forte desvalorização das moedas dos países emergentes em geral, juntamente com o fortalecimento do dólar norte-americano e crises severas nas economias emergentes mais fragilizadas, como a Argentina e a Turquia.

No Brasil, o Banco Central baixou, no mês de março, a taxa Selic para 6,5% ao ano, seu mínimo patamar histórico, e, por força do baixo crescimento e da elevada ociosidade da economia, conseguiu manter a taxa nesse nível e ancorar a inflação oficial medida pelo IPCA em notáveis 3,75% no fim de 2018. No entanto, os fatores positivos, aliados à manutenção do equilíbrio nas contas externas e ao elevado nível de reservas internacionais do país, não foram suficientes para desviar o foco do mercado financeiro dos problemas domésticos, com destaque para a deficiência estrutural das contas públicas e o elevado nível do endividamento do Estado. Como também previsto, os eventos relacionados ao certame eleitoral polarizado contribuíram decisivamente para a manutenção de um cenário de incertezas.



Nesse ambiente complexo e turbulento, os dois planos previdenciários da Fundação tiveram um desempenho bastante interessante.

O plano Promon MultiFlex encerrou o ano com ativos totais da ordem de R\$ 712 milhões, que apresentaram uma rentabilidade de 7,9%, bastante acima da inflação e do CDI, seu *benchmark*, cuja variação foi de 6,4%. O bom desempenho do plano demonstra o acerto da alocação de sua carteira de investimentos ao longo do ano.

O plano Promon BásicoPlus, fechado para novas adesões desde 2005, detinha ativos totais de R\$ 884 milhões no fim de 2018 e apresentou uma rentabilidade de 10,0% no ano, bem acima de sua meta atuarial de 9,1%. Isso possibilitou o registro de um superavit técnico ainda maior do que no período anterior, de R\$ 135 milhões, compreendido por uma reserva de contingência de R\$ 122 milhões e uma reserva especial de pouco menos de R\$ 13 milhões. Adicionalmente, o fundo previdencial de revisão de plano, que havia sido constituído no fim de 2017 para destinação em parte aos seus participantes e em parte às patrocinadoras, alcançou um saldo de R\$ 100 milhões. Esse valor é fruto de valores excedentes dos exercícios anteriores. Em junho de 2018, como determina a legislação, a Fundação encaminhou à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), o órgão do Ministério da Economia que monitora e fiscaliza os fundos de pensão, a documentação que subsidia esse processo de destinação.

As ações de relacionamento com os participantes seguem sendo um item importante da agenda da Fundação. Para participantes autopatrocinados, assistidos e em benefício diferido, o *website* do programa de educação da entidade segue sendo um

canal de divulgação importante de notícias, artigos, vídeos e cursos de teor financeiro e previdenciário, compondo um acervo de informações à disposição de todos.

Os participantes ativos são o foco maior das ações de comunicação, uma vez que uma das principais preocupações da entidade é com a conscientização da importância de acumulação de uma reserva previdenciária robusta pelos profissionais. Para eles, foram promovidos ciclos de bate-papos

entre a entidade e grupos reduzidos de participantes, segmentados por faixa etária, visando entender suas expectativas quanto à aposentadoria, apresentar detalhes sobre o plano

MultiFlex e tirar dúvidas sobre a previdência complementar.

Todos os funcionários foram convidados para esses eventos, que terão continuidade em 2019, tanto para os novos funcionários das patrocinadoras quanto para os participantes interessados que não puderam comparecer aos eventos anteriores.

A Fundação continuou a monitorar seus processos de controle interno e de gestão de riscos. De modo a reforçar esses processos, a Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. foi contratada para realizar um ciclo de auditorias internas, abrangendo detalhadamente todas as atividades realizadas pela Fundação. Essas auditorias, que foram iniciadas no primeiro semestre de 2018 e se encerrarão no fim do primeiro semestre de 2019, não apontaram, até agora, situações de risco significativo para a FPPS

O ano de 2018 foi mais um ano no qual os dois planos previdenciários administrados pela FPPS apresentaram rentabilidades muito relevantes, acima de suas metas.

e seus planos, mas indicaram oportunidades de melhoria nos processos de trabalho da entidade e de empresas subcontratadas, que estão em fase de implementação.

A FPPS continua, ainda, engajada em organizações que contribuem para o desenvolvimento do setor previdenciário complementar, mantendo representantes em fóruns da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) e participando, por meio de seus executivos, da Associação dos Fundos de Pensão de Empresas Privadas (Apep) e do Grupo de

Profissionais de Fundos de Pensão (GPFPP).

Todo esse trabalho vem merecendo o reconhecimento dos participantes dos dois planos administrados pela entidade. A pesquisa anual realizada entre os participantes demonstrou, em uma escala de zero a dez, um grau de satisfação com a Fundação na ordem

de 8,8, uma nota que vem se mantendo nesse alto patamar nos últimos anos.

Em 2019, o cenário econômico esperado continuará sendo desafiador para os investimentos. Do lado externo, haverá maior seletividade dos investidores estrangeiros, envoltos por menores taxas de crescimento global e por um nível mais elevado de juros internacionais, que levam naturalmente a uma condição de liquidez ainda mais restritiva do que se viu no passado recente. Do lado interno, o mercado financeiro indica que, à luz do continuado baixo crescimento e da elevada ociosidade da economia brasileira, as baixas taxas de juros devem ser mantidas ao longo do ano, reduzindo a atratividade das

aplicações de renda fixa e, em consequência, levando os investidores a buscarem prêmios de rentabilidade nas aplicações de renda variável e nos investimentos estruturados, conforme o risco associado ao encaminhamento adequado da grave questão fiscal brasileira, com destaque para a reforma da Previdência oficial.

A FPPS mantém-se sólida e cheia de ideias, administrando com rigor, eficiência e transparência os recursos de seus planos previdenciários, sempre fiel ao propósito que levou à sua criação: a viabilização de uma aposentadoria mais tranquila para os profissionais das empresas da organização Promon.

Investimentos

O Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução n. 4.661, em 25 de maio de 2018, que estabeleceu novas diretrizes para a aplicação dos recursos dos planos administrados pelos fundos de pensão, reforçou a governança dos processos de investimento e concedeu novos limites para a alocação dos recursos, com destaque para investimentos no exterior e investimentos estruturados.

Motivada pelas possibilidades de investimento advindas da nova legislação, bem como pela imprevisibilidade do cenário eleitoral no Brasil, a Fundação submeteu ao Conselho Deliberativo, com a participação ativa do Comitê de Investimentos da Entidade, uma proposta de revisão das Políticas de Investimentos 2018-2022 dos planos de benefícios Promon MultiFlex e Promon BásicoPlus, como também do Plano de Gestão Administrativa (PGA). A proposta foi aprovada em agosto de 2018 e comunicada a todos os participantes naquela ocasião.

Com isso, foi aprovado, para os planos MultiFlex e PGA, o aumento da alocação em fundos de investimento multimercado no segmento estruturado, em linha com o novo limite legal, no sentido de dotar a carteira do plano de

A FPPS mantém-se sólida e cheia de ideias, fiel ao propósito que levou à sua criação: a viabilização de uma aposentadoria mais tranquila para os profissionais das empresas da organização Promon.



um maior potencial de rentabilidade, sem, contudo, levar ao agravamento relevante do risco direcional de seus investimentos. Adicionalmente, a revisão das Políticas de Investimentos dos planos MultiFlex e BásicoPlus contemplou um pequeno aumento na categoria de investimentos no exterior, que pode ser uma importante fonte de diversificação dada sua correlação negativa com os demais investimentos.

Em complemento às alterações na alocação aprovadas nas Políticas de Investimentos, a FPPS realizou, em conjunto com a empresa de consultoria especializada F3 Consultores, um extenso e criterioso processo de seleção para a escolha de novos gestores para fundos de investimento exclusivos de renda fixa (chamados, conforme a legislação, de mandatos multimercados institucionais). Este processo realizado para a renda fixa, além da substituição de cinco fundos exclusivos que a Fundação vinha mantendo há anos por três fundos sob a responsabilidade de novos gestores terceirizados, levou ao realinhamento dos mandatos desses fundos, que passaram a ter, em linhas gerais, liberdade e potencial de rentabilidade superiores aos dos fundos anteriores. A transferência dos recursos para os novos fundos foi iniciada no fim do exercício e foi concluída nos dois primeiros meses de 2019.

Adicionalmente, em conformidade com as possibilidades oriundas da nova legislação e com os limites aprovados pelo Conselho Deliberativo, as avaliações conduzidas pela Fundação na classe de investimentos no exterior levaram à decisão de se estruturar um fundo exclusivo dedicado a ativos internacionais, em substituição aos fundos abertos (condominiais) que compõem esse segmento das carteiras do MultiFlex e do BásicoPlus. Foi conduzido, assim, um processo de seleção específico para a escolha de um gestor especializado em mercados globais, para ficar responsável por

acessar diretamente o universo de ativos no exterior, sem se limitar aos produtos financeiros distribuídos no Brasil. A implementação desse novo fundo deve ocorrer durante o primeiro semestre de 2019, a partir da transferência dos recursos atualmente mantidos nos fundos de ações globais.

Governança

Cumprindo com novos requisitos determinados pela legislação, o Conselho Deliberativo, em sua reunião de 27 de junho de 2018, designou André Natali Schonert, atual diretor-executivo e administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETQ), para acumular a função de administrador responsável pela gestão de riscos (ARGR) dos investimentos da Fundação, na forma da Resolução do Conselho Monetário Nacional n. 4.661/2018; bem como designou Milton Lopes Antelo Filho, atual diretor-presidente e administrador responsável pelos planos de benefício (ARPB), para acumular a função de diretor responsável pela contabilidade da entidade, nos termos da Resolução CNPC n. 27/2017.

Em 26 de setembro de 2018, o Conselho Deliberativo elegeu Paulo Antônio Arouca para integrar o quadro do Comitê de Investimentos da Fundação. Arouca, que atua como principal executivo financeiro da patrocinadora Promon, agrega ao Comitê sua experiência de mais de duas décadas na área financeira em empresas da organização.

- ▶ As tabelas a seguir apresentam, para os exercícios findos em 2018 e 2017:
 - o balanço patrimonial da Fundação;
 - a demonstração da mutação do patrimônio social da Fundação;
 - a demonstração da mutação do ativo líquido dos planos Promon MultiFlex e Promon BásicoPlus.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 | Valores em milhares de R\$

ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
Disponível	866	1.032	Exigível operacional	1.517	3.381
Realizável	1.595.620	1.530.620	Gestão previdencial	644	2.744
Gestão previdencial	593	550	Gestão administrativa	873	637
Gestão administrativa	75	75	Exigível contingencial	496	487
Investimentos	1.594.952	1.529.995	Gestão previdencial	496	487
Títulos públicos	651.263	581.110	Patrimônio social	1.594.473	1.527.784
Créditos privados e depósitos	16.213	14.830	Patrimônio de cobertura do plano	1.482.898	1.428.245
Fundos de investimento	871.227	854.242	Provisões matemáticas	1.341.292	1.302.196
Investimentos imobiliários	42.984	65.814	• Benefícios concedidos	972.076	935.627
Empréstimos e financiamentos	13.265	13.999	• Benefícios a conceder	369.216	366.569
			Equilíbrio técnico	141.606	126.049
			• Resultados realizados	141.606	126.049
			• Superavit técnico acumulado	141.606	126.049
			Fundos	111.575	99.539
			Fundos previdenciais	103.893	91.806
			Fundos administrativos	7.648	7.712
			Fundos dos investimentos	34	21
Total do ativo	1.596.486	1.531.652	Total do passivo	1.596.486	1.531.652

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 | Valores em milhares de R\$

DESCRIÇÃO	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio social – Início do exercício	1.527.784	1.471.426	4
1. Adições	162.169	176.499	(8)
(+) Contribuições previdenciais	18.670	12.200	53
(+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial	135.275	156.603	(14)
(+) Receitas administrativas	7.776	6.993	11
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos Gestão administrativa	435	701	(38)
(+) Constituição de fundos de investimentos	13	2	550
2. Destinações	(95.480)	(119.869)	(20)
(-) Benefícios	(87.205)	(112.405)	(22)
(-) Despesas administrativas	(8.275)	(7.464)	11
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	66.689	56.630	18
(+/-) Provisões matemáticas	39.096	27.141	44
(+/-) Superavit (Deficit) técnico do exercício	15.557	6.547	138
(+/-) Fundos previdenciais	12.087	22.438	(46)
(+/-) Fundos administrativos	(64)	230	(128)
(+/-) Fundos dos investimentos	13	2	550
4. Operações transitórias	-	(272)	100
B) Patrimônio social – Fim do exercício (A+3+4)	1.594.473	1.527.784	4

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 | Valores em milhares de R\$

MultiFlex	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo líquido – Início do exercício	678.632	654.284	4
1. Adições	72.806	91.310	(20)
(+) Contribuições	20.027	13.503	48
(+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial	52.779	77.807	(32)
2. Destinações	(40.496)	(66.690)	(39)
(-) Benefícios	(38.990)	(65.169)	(40)
(-) Custeio administrativo	(1.506)	(1.521)	(1)
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	32.310	24.620	31
(+/-) Provisões matemáticas	29.053	22.324	30
(+/-) Fundos previdenciais	2.937	(2.887)	(202)
(+/-) Superavit (Deficit) técnico do exercício	320	4.911	(93)
4. Operações transitórias	-	(272)	100
B) Ativo líquido – Fim do exercício (A+3+4)	710.942	678.632	5
C) Fundos não previdenciais	(499)	(563)	(11)
(+/-) Fundos administrativos	(508)	(565)	(10)
(+/-) Fundos dos investimentos	9	2	350

BásicoPlus	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo líquido – Início do exercício	841.419	809.641	4
1. Adições	82.645	79.105	4
(+) Contribuições	149	309	(52)
(+) Resultado positivo dos investimentos Gestão previdencial	82.496	78.796	5
2. Destinações	(48.215)	(47.327)	2
(-) Benefícios	(48.215)	(47.236)	2
(-) Custeio administrativo	-	(91)	100
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	34.430	31.778	8
(+/-) Provisões matemáticas	10.043	4.817	108
(+/-) Fundos previdenciais	9.150	25.325	(64)
(+/-) Superavit (Deficit) técnico do exercício	15.237	1.636	831
B) Ativo líquido – Fim do exercício (A+3)	875.849	841.419	4
C) Fundos não previdenciais	448	795	(44)
(+/-) Fundos administrativos	444	795	(44)
(+/-) Fundos dos investimentos	4	-	100

▶ Plano Promon MultiFlex

Rentabilidade

O Promon MultiFlex é um plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. O valor dos benefícios é calculado em função do montante individual acumulado até o momento da solicitação da aposentadoria como resultado das contribuições feitas pelos participantes e pelas patrocinadoras, dos rendimentos financeiros resultantes de sua aplicação e dos custos administrativos do plano, sendo pago na forma de renda por prazo certo.

No fim de 2018, o ativo total do plano alcançou a cifra de R\$ 711,9 milhões.

O valor da quota do plano MultiFlex apresentou no ano uma rentabilidade nominal de 7,9%, significativamente superior ao CDI, de 6,4%, e correspondente ao INPC + 4,3% no período.

Os aportes voluntários dos participantes ativos e autopatrocinados somaram R\$ 13,0 milhões em 2018, cerca de 12% superior ao montante do exercício anterior, o que demonstra a importância dada pelos profissionais ao próprio planejamento previdenciário e ao papel da FPPS nesse processo.

A **carteira de renda fixa** do plano MultiFlex encerrou o ano com um volume da ordem de R\$ 495,4 milhões, correspondente a quase 70% dos recursos garantidores do plano. Essa carteira registrou uma rentabilidade de 7,8% no ano, frente ao seu marco de referência, o CDI, que ficou em 6,4%. A principal contribuição para essa boa rentabilidade anual foi dada, pelo segundo ano consecutivo, pela parcela da carteira (cerca de R\$ 70,4 milhões) alocada em títulos públicos indexados à inflação com precificação a mercado.

A carteira contava também com alocação de R\$ 192,1 milhões investidos em fundos multimercados institucionais, investimentos sujeitos a restrições específicas aplicadas aos fundos de pensão, e R\$ 17,7 milhões em títulos e fundos de crédito privados.

Uma grande parcela dos cerca de R\$ 215,2 milhões aplicados em um fundo DI no encerramento do período esteve investida em fundos de cinco gestores durante a maior parte do ano. Esses fundos foram encerrados, e os valores foram transferidos no início de 2019 para fundos multimercados institucionais exclusivos, sob responsabilidade dos gestores Mauá Capital, Vinci Partners e Western Asset.

A bolsa de valores brasileira registrou o terceiro ano consecutivo de expressiva valorização. Como consequência, a **carteira de renda variável** do MultiFlex registrou em 2018 a continuidade do excelente desempenho já observado nos dois anos anteriores. A carteira fechou o exercício com a rentabilidade de 26,7%, bem superior ao índice Ibovespa, que ficou em 15,0%. No fim do período, a carteira era composta por cerca de R\$ 50,2 milhões – aproximadamente 7,1% dos recursos do plano –, dos quais R\$ 19,6 milhões estão investidos em dois fundos exclusivos, administrados pelo Bradesco e pela Vinci Partners, gestores escolhidos pela FPPS, e R\$ 30,6 milhões em dois fundos abertos.

A classe de ativos denominada **estruturados** é composta, no MultiFlex, por aplicações em:

- Fundos multimercados que não estão sujeitos às mesmas restrições aplicáveis aos fundos multimercados institucionais relacionados na classe de renda fixa. Esses fundos mesclam



aplicações em vários tipos de ativos, como renda fixa, ações, câmbio e exterior, entre outros, e estão sujeitos a uma maior volatilidade, pela natureza de suas operações. Ainda que possam apresentar rendimentos negativos no curto prazo, é esperado que sejam destaques de performance positiva no longo prazo.

- Fundos de participação, como fundos de *private equity* e fundos de desenvolvimento florestal. Esses fundos são constituídos sob a forma de condomínios fechados, destinados ao investimento em companhias, com o objetivo de adicionar valor a essas empresas por meio do desenvolvimento de seus negócios e/ou pela implementação de melhores práticas de governança corporativa. Estão sujeitos ao efeito denominado pelo mercado financeiro como “curva J”, isto é, o decréscimo do valor de sua quota durante a maturação dos investimentos do fundo, com a possibilidade de retorno relevante posteriormente, na fase de desinvestimento. São investimentos com menor liquidez, realizados com o objetivo de longo prazo e que buscam rentabilidades totais superiores às proporcionadas por fundos de maturidade mais curta.

O total aplicado nessa classe no fim de 2018 atingiu R\$ 120,4 milhões (R\$ 88,3 milhões em um fundo multimercado e R\$ 32,1 milhões em fundos de participação), correspondentes a 16,9% dos investimentos do plano. Sua rentabilidade foi de 5,2% (sendo 6,8% no fundo multimercado e rendimento ligeiramente positivo, de 1,5%, nos fundos de participação), valor inferior aos 6,4% do CDI, justificado pelo

efeito da “curva J” na parcela da carteira alocada em fundos de participação.

Por determinação da legislação, os **investimentos no exterior** são realizados por meio de fundos constituídos no Brasil, e não diretamente em ativos no exterior. O MultiFlex, no fim do período, possuía investimentos em quatro fundos de ações compostos por papéis de empresas de mercados desenvolvidos. O total investido nessa carteira, no fim de 2018, era de R\$ 32,7 milhões, equivalentes a 4,6% dos recursos do plano. Embora os fundos tenham se beneficiado da variação cambial favorável, da ordem de 17% no ano, a rentabilidade no exercício, de 3,6% em reais, foi impactada negativamente pela queda das bolsas norte-americanas e europeias verificada durante o ano, resultado do cenário exterior instável.

Como comentado anteriormente, durante o primeiro semestre de 2019 esses fundos serão encerrados ou terão suas quotas transferidas para um único fundo exclusivo, sob responsabilidade da M Square Global, gestora com ampla experiência em mercados internacionais que terá a missão de realizar investimentos no exterior em classes diversificadas de ativos, tais como fundos de ações globais, fundos de crédito e fundos de retorno absoluto. O objetivo dessa iniciativa é a

O ativo total do plano MultiFlex alcançou a cifra de R\$ 711,9 milhões no fim de 2018, e sua quota apresentou uma rentabilidade nominal de 7,9% no ano, correspondente ao INPC + 4,3%.

diversificação de mercados, por meio do acesso a aplicações não disponíveis no Brasil (por exemplo, em setores como o farmacêutico e de inovação tecnológica, entre outros).

O plano MultiFlex administra ainda uma **carteira de empréstimos** a participantes, que encerrou o ano com um saldo de R\$ 12,2 milhões, cerca de 1,7% do total dos ativos, e rentabilidade de 9,5%. Essa carteira corresponde a um volume de 489 contratos que atendem a 437 participantes.

Para 2019, em linha com a Política de Investimento estabelecida para o período 2019-2023, a Fundação continuará a monitorar de perto o comportamento dos mercados financeiros e o desempenho da carteira do plano MultiFlex, buscando obtenção de rentabilidade sem, contudo, abdicar da preservação de capital em um ano que deverá continuar a apresentar taxas de juros baixas no Brasil, assim como volatilidade elevada nos mercados financeiros, oriunda, principalmente, dos desdobramentos em torno da atuação do novo governo brasileiro e suas eventuais dificuldades na condução das reformas e do ajuste fiscal, como também da incerteza acerca do ritmo de crescimento dos países desenvolvidos e das tensões geopolíticas entre Estados Unidos e China.

Política de Investimentos

Para subsidiar a revisão da Política de Investimentos para 2019, a Fundação contratou um estudo de alocação estratégica de carteira junto à empresa especializada TAG Investimentos. A partir da expectativa de retorno de cada classe de ativos para um período de três anos e a volatilidade histórica de cada uma delas, o estudo simulou diversas combinações de carteira com o objetivo de projetar o nível de benefício obtido por um participante típico, variando-se as premissas individualizadas de sua avaliação atuarial e o retorno real projetado da carteira. Buscou, assim, identificar a relação retorno-risco mais adequada ao plano.

A partir desses estudos, o Conselho Deliberativo da Fundação Promon, em reunião ocorrida em 6 de dezembro de 2018, aprovou a revisão da Política de Investimentos do plano MultiFlex, válida para o período 2019-2023, obedecendo às disposições legais, que definem que a vigência da política de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar é de, no mínimo, cinco anos, com revisões anuais.

A alocação-objetivo foi definida considerando ainda o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração dessa política. Os números refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

No que se refere às perspectivas de curto prazo, os desafios a serem enfrentados em 2019 continuam relacionados à manutenção das taxas de juros reais em torno de 3,0% ao ano, patamar bastante inferior ao observado historicamente, o que incentiva os planos previdenciários a buscar uma maior rentabilidade em classes de ativos com maior risco.



Uma vez que a Fundação já vinha efetuando, ao longo dos últimos exercícios, movimentos de adequação da carteira do MultiFlex a esse ambiente econômico em que prevalecem juros mais baixos, o estudo realizado pela TAG mostrou a conveniência da manutenção da macroalocação atual, com ajustes pontuais. A principal alteração para 2019 foi o aumento de 64% para 65% da alocação-objetivo na classe de renda fixa, e de 7% para 9% na classe de renda variável, com correspondente redução de 8% para 5% nos investimentos no exterior.

De modo a tornar os limites de alocação mais restritivos e aderentes ao efetivo planejamento

de alocação para o plano, foram alterados o limite mínimo em renda fixa de 24% para 30%; o limite máximo em renda variável de 30% para 20%; e o limite máximo de investimentos de origem imobiliária de 1% para 5%, uma vez que o mercado de ativos financeiros com lastro imobiliário tem se mostrado cada vez mais líquido e promissor no que se refere a boas oportunidades de investimento.

O quadro a seguir apresenta um resumo da Política de Investimentos 2019-2023, com seus respectivos *benchmarks* e metas de rentabilidade.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO (2019-2023)

Segmentos	Benchmark	Meta de rentabilidade	Limite legal	Alocação-objetivo	LIMITES Inferior Superior
Renda fixa	CDI	CDI + 1,5% ao ano	100%	65%	30% 100%
Renda variável	Ibovespa	Ibovespa	70%	9%	0% 20%
Estruturado	CDI + 2% ao ano	INPC + 5% ao ano	20%	19%	0% 20%
Exterior	MSCI ACWI	Dólar (*) + 5% ao ano	10%	5%	0% 10%
Imobiliário	CDI	CDI	20%	0%	0% 5%
Operações com participantes	INPC + 6% ao ano	INPC + 6% ao ano	15%	2%	0% 15%
Plano MultiFlex	CDI	CDI			

(*) Variação cambial do Real (BRL) em relação ao Dólar norte-americano (USD).

A Fundação Promon pratica a marcação a mercado para todos os ativos que compõem o portfólio de aplicações do plano MultiFlex, de acordo com os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Esse método consiste em registrar todos os ativos – para efeito de valorização e cálculo de quotas dos fundos de investimento – pelo preço transacionado no mercado na data de cálculo ou, quando esse preço não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação feita no mercado financeiro naquela data. Tal preço de mercado para os diferentes ativos é estabelecido por um agente custodiante independente – no caso da Fundação Promon, o Banco Itaú Unibanco S.A.

Os mandatos outorgados pela Fundação Promon aos gestores de seus fundos exclusivos permitem que eles utilizem instrumentos derivativos, desde que obedeçam aos limites e às condições e restrições legais. É vedado que mantenham posições a descoberto ou que possam gerar perda superior ao valor do patrimônio da carteira ou do fundo de investimento. Essas restrições não se aplicam à carteira de fundos multimercados que integram o segmento de investimentos estruturados. O controle da aderência a essas disposições é feito individualmente para cada veículo de investimento pela custódia e, de forma redundante, por consultor especializado em gestão de risco contratado pela FPPS.

Hipóteses e métodos atuariais

No exercício, a Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária da FPPS, realizou os estudos técnicos de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras a serem adotadas na avaliação atuarial do exercício para a parcela da reserva dedicada aos benefícios de risco (invalidez e morte), de maneira a atender a dispositivos previstos pela legislação. O resultado dessas análises substanciou a aprovação pelo Conselho Deliberativo, em sua reunião de 6 de dezembro de 2018, de premissas e hipóteses atuariais para o exercício findo em 2018.

Um primeiro estudo visou verificar a aderência e a adequação da taxa real de juros do plano de benefícios às características de sua massa de participantes, ao seu regulamento e à sua carteira de investimentos. Essa adequação está relacionada à convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para a aplicação dos recursos garantidores do plano. A taxa real de juros adotada para 2018 foi alterada para 5,00% ao ano, ligeiramente inferior à taxa de 5,35% ao ano considerada na avaliação atuarial dos dois exercícios anteriores. A redução foi resultado de um cenário econômico que indica como bastante provável um ambiente, nos próximos anos, de menor rentabilidade dos investimentos em renda fixa do plano.

Um segundo estudo verificou a aderência das demais hipóteses, e seu resultado possibilitou manter inalteradas todas as demais premissas utilizadas no período anterior.



Plano anual de custeio para 2019

O plano anual de custeio para o período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020 mantém a contribuição mensal básica efetuada pelas patrocinadoras para os participantes ativos, definida no regulamento do plano como sendo de 5% do salário nominal do participante ativo.

As patrocinadoras decidiram continuar não realizando contribuições normais nesse próximo período, mantendo a prática adotada desde abril de 2016. As patrocinadoras também não realizarão contribuição para custeio dos benefícios de risco (morte e invalidez de participante ativo) durante o próximo período, visto que o valor presente dos benefícios está coberto pelo patrimônio do plano.

Os participantes autopatrocinados devem, necessariamente, realizar a contribuição básica mensal de 5% do salário nominal. A contribuição destinada à cobertura dos benefícios de risco também não precisará ser paga por tais participantes durante o período.

O custeio administrativo terá como fontes a contribuição individual feita por todos os participantes e uma destinação dos rendimentos dos investimentos. Conforme estabelece o Regulamento do plano, o Conselho Deliberativo, em sua reunião de 27 de março de 2019, determinou que o valor da contribuição individual será composto por:

- uma parcela mensal de valor fixo em reais, que será mantida em R\$ 60,00 por participante (ativo, autopatrocinado, em BPD ou assistido), valor igual ao dos últimos dois anos; e
- uma parcela de valor variável, que será mantida em 0,45% ao ano dos investimentos dos recursos garantidores do plano, mesmo percentual praticado no ano anterior. Essa parcela é deduzida da totalidade das reservas do plano antes do crédito da rentabilidade mensal nas contas individuais de cada participante. Assim, não se configura como valor adicional a ser descontado dos saldos individuais.

Para 2019, em linha com a Política de Investimento, a Fundação continuará a monitorar de perto o comportamento dos mercados financeiros e o desempenho da carteira do MultiFlex, buscando obtenção de rentabilidade sem, contudo, abdicar da preservação de capital.



As tabelas a seguir apresentam:

- a rentabilidade dos investimentos do plano para cada segmento de aplicação nos últimos três exercícios;
- o comparativo de alocação em cada classe de ativo;
- o demonstrativo analítico detalhado dos recursos sob gestão própria e gestão de terceiros.

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

MultiFlex

SEGMENTOS	2018	2017	2016
Renda fixa	7,8%	11,4%	17,9%
Renda variável	26,7%	37,4%	21,9%
Estruturado	5,2%	5,5%	12,2%
Exterior	3,6%	20,4%	(14,9%)
Empréstimos	9,5%	8,1%	13,8%
Total	7,9%	12,2%	16,4%

INDICADORES

CDI	6,4%	10,0%	14,0%
Ibovespa	15,0%	26,9%	38,9%
IBrX	15,4%	27,5%	36,7%
INPC	3,4%	2,1%	6,6%

COMPARATIVO DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS Valores em milhares de R\$

MultiFlex

	31/12/2018		31/12/2017		LIMITE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018-2022 (**)		LIMITE LEGAL (*)
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	Inferior	Superior	
Renda fixa	495.403	69,6	498.533	73,2	24%	100%	100%
Títulos públicos	41.625	5,9	-	-			
Títulos privados	7.155	1,0	6.541	1,0			
Fundos exclusivos	220.867	31,0	408.729	60,0			
Fundos abertos	225.755	31,7	83.263	12,2			
Renda variável	50.208	7,1	53.859	7,9	0%	30%	70%
Fundos exclusivos	19.517	2,7	23.562	3,5			
Fundos abertos	30.691	4,3	30.297	4,4			
Estruturado	120.359	16,9	83.578	12,3	0%	20%	20%
Fundos exclusivos	88.265	12,4	51.293	7,5			
Fundos abertos	32.094	4,5	32.285	4,7			
Exterior	32.670	4,6	31.548	4,6	0%	10%	10%
Imobiliário	-	-	-	-	0%	1%	20%
Empréstimos a participantes	12.175	1,7	13.023	1,9	0%	15%	15%
Disponível	581	0,1	793	0,1			
Total	711.396	100,0	681.334	100,0			

(*) Conforme Resolução CMN n. 4.661 de 25/05/2018. | (**) Limites conforme revisão da Política aprovada pelo Conselho Deliberativo em 07/08/2018.

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS Valores em milhares de R\$

MultiFlex	31/12/2018		31/12/2017	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Recursos garantidores das reservas técnicas	711.396	100,0	681.334	100,0
GESTÃO PRÓPRIA	61.536	8,7	20.357	3,0
Renda fixa	48.780	6,9	6.541	1,0
Títulos públicos	41.625	5,9	–	–
Títulos privados	7.155	1,0	6.541	1,0
Empréstimos a participantes	12.175	1,7	13.023	1,9
Disponível	581	0,1	793	0,1
GESTÃO TERCEIRIZADA	649.860	91,3	660.979	97,0
Renda fixa	446.623	62,8	491.991	72,2
Bradesco FIC Jequitibá ^(a)	–	–	299.185	43,9
• Bradesco Sucupira ^(b)	28.737	4,0	45.859	6,7
• Itaú FI Paineira ^(a)	144.343	20,3	70.108	10,3
• BNP Paribas FI Garantās ^(a)	47.787	6,7	15.303	2,2
• Santander FI Angelim	–	–	111.918	16,4
• Votorantim FI Angico	–	–	55.998	8,2
Itaú Soberano Referenciado DI Longo Prazo ^(c)	215.235	30,3	30.488	4,5
Western Asset Prev Structured Credit II FI RF CP ^(d)	10.100	1,4	–	–
BRZ Multi Recebíveis II	421	0,1	5.392	0,8
Bradesco Mogno ^(b)	–	–	54.872	8,1
Santander Sucupira II IMA-B FI RF ^(b)	–	–	54.671	8,0
Bradesco Referenciado DI Federal Extra	–	–	47.382	7,0
Renda variável	50.208	7,1	53.859	7,9
Pátria Pipe Feeder I FIC FIA	18.363	2,6	11.679	1,7
Velt Institucional FIC FIA ^(h)	12.329	1,7	11.337	1,7
FIA Pau Brasil (Vinci) ^(b)	12.216	1,7	10.238	1,5
Bradesco FIA Promon ^(b)	7.300	1,0	13.324	2,0
Vinci Valor Dividendos	–	–	3.985	0,6
Vinci Dividendos	–	–	3.297	0,5
Estruturado	120.359	16,9	83.578	12,3
Itaú Aroeira Multimercado FIC FI ^(b)	88.265	12,4	51.293	7,5
Pátria Real Estate III FIP	12.180	1,7	9.513	1,4
Pátria Real Estate II FIP	3.216	0,5	4.218	0,6
Stratus SCP Brasil FIP	12.294	1,7	7.936	1,2
BTG Pactual Timberland FIC FIP	3.552	0,5	3.022	0,4
Kinea Private Equity IV Feeder Institucional II FIP ME ^(e)	853	0,1	–	–
Verde AM V FIC FIM ^(f)	–	–	7.595	1,1
Exterior ^(g)	32.670	4,6	31.548	4,6
BB Multimercado Nordea IE FI	10.023	1,4	9.253	1,4
Votorantim AllianzGI Europe Equity Growth IE FI	9.925	1,4	10.399	1,5
M Square Global Equity Managers Institute FIC FIM IE	7.488	1,1	6.901	1,0
BB Multimercado BlackRock IE FI	5.234	0,7	4.995	0,7

^(a) Fundos exclusivos em processo de alteração de mandatos e migração para os gestores Mauá, Vinci e Western Asset. | ^(b) Fundos exclusivos. |

^(c) Parte dos valores está em processo de migração para fundos exclusivos de renda fixa sob gestão da Mauá, Vinci e Western Asset. | ^(d) Início em outubro de 2018. | ^(e) Início em dezembro de 2018. | ^(f) Incorporado ao Itaú Aroeira Multimercado FIC FI. | ^(g) Durante o primeiro trimestre de 2019, os valores serão transferidos para um fundo exclusivo, sob gestão da M Square. | ^(h) Fundo renomeado em 2018.

▶ Plano Promon BásicoPlus

Rentabilidade

O Promon BásicoPlus é um plano de previdência complementar na modalidade de benefício definido, e teve suas adesões encerradas em 2005.

Seus ativos totalizaram R\$ 884,2 milhões no fim do exercício, e a rentabilidade bruta registrada, de 10,0%, ficou, pelo segundo ano consecutivo, significativamente bem acima da meta atuarial do plano, que registrou 9,1% em 2018. A meta atuarial é a rentabilidade mínima necessária das aplicações financeiras, para garantir o cumprimento dos compromissos futuros do plano de previdência.

Como será detalhado adiante, essa boa rentabilidade propiciou o crescimento expressivo dos valores do fundo previdencial instituído no final do exercício anterior para destinação a participantes e a patrocinadoras, bem como permitiu o início da constituição de uma nova reserva especial em 2018, demonstrando a solidez dos investimentos e a solvência do plano.

A **carteira de renda fixa** representa 78,7% dos ativos garantidores do plano e possui ativos da ordem de R\$ 689,5 milhões, dos quais R\$ 609,6 milhões estão alocados em títulos públicos de prazos variáveis, a serem mantidos até seu vencimento e contratados com taxas superiores à meta atuarial, o que continua deixando o plano pouco suscetível à volatilidade do mercado financeiro. Outros R\$ 70,8 milhões estão investidos em um fundo DI e uma pequena parcela, de R\$ 9,1 milhões, está aplicada em títulos de crédito privados. Essa classe obteve o excelente desempenho de 10,7% no ano, superior à meta atuarial do plano, que ficou em 9,1%, e ao CDI, que registrou

6,4%. Como nos anos anteriores, determinante para esse resultado expressivo foi o fato de os títulos públicos da carteira estarem marcados na curva, com rentabilidade atrelada à baixa inflação auferida no período.

Uma grande parcela dos recursos aplicados no fundo DI no encerramento do período esteve investida em fundos de cinco gestores durante a maior parte do ano. Esses fundos foram encerrados, e os valores correspondentes foram transferidos no início de 2019 para fundos multimercados institucionais exclusivos, sob responsabilidade dos gestores Mauá Capital, Vinci Partners e Western Asset.

A **carteira de renda variável** do BásicoPlus, responsável por 7,4% dos ativos garantidores do plano, apresentou um terceiro ano de excelente desempenho, com valorização de 18,6%, superior ao índice Ibovespa, que registrou 15,0%. No fim do período, a carteira era composta por cerca de R\$ 64,9 milhões, dos quais R\$ 59,5 milhões estavam investidos em fundos exclusivos e R\$ 5,4 milhões correspondiam a aplicações em um fundo aberto.

A classe de ativos denominada **estruturados**, é composta, no BásicoPlus, por aplicações em

- Fundos multimercados que não estão sujeitos às mesmas restrições aplicáveis aos fundos multimercados institucionais relacionados na classe de renda fixa. Esses fundos mesclam aplicações em vários tipos de ativos, como renda fixa, ações, câmbio e exterior, entre outros, e estão sujeitos a uma maior volatilidade, pela natureza de suas operações. Ainda que possam apresentar rendimentos negativos no curto prazo, é esperado que sejam destaques de performance positiva no longo prazo.



- Fundos de participação, como fundos de *private equity* e fundos de desenvolvimento florestal. Esses fundos são constituídos sob a forma de condomínios fechados, destinados ao investimento em companhias, com o objetivo de adicionar valor a essas empresas por meio do desenvolvimento de seus negócios e/ou pela implementação de melhores práticas de governança corporativa. Estão sujeitos ao efeito denominado pelo mercado financeiro como “curva J”, isto é, o decréscimo do valor de sua quota durante a maturação dos investimentos do fundo, com a possibilidade de retorno relevante posteriormente, na fase de desinvestimento. São investimentos com menor liquidez, realizados com o objetivo de longo prazo e que buscam rentabilidades totais superiores às proporcionadas por fundos de maturidade mais curta.

O total aplicado nessa classe no fim de 2018 atingiu R\$ 59,9 milhões (R\$ 30,0 milhões em fundos multimercados e R\$ 29,9 milhões em fundos de participação), correspondentes a 6,8% dos recursos garantidores do plano. Sua rentabilidade foi de 1,6% (sendo 7,0% nos fundos multimercados e -3,5% nos fundos de participação), justificada pelo efeito da “curva J” na parcela da carteira alocada em fundos de participação.

Por determinação da legislação, os **investimentos no exterior** são realizados por meio de fundos constituídos no Brasil, e não diretamente em ativos no exterior. O BásicoPlus possui investimentos em três fundos de ações compostos por papéis de empresas de mercados desenvolvidos, especialmente do mercado norte-americano. O total dessa carteira, ao fim do ano, era de R\$ 18,1 milhões,

equivalentes a 2,1% dos recursos do plano, e registrou uma rentabilidade de 7,2% no ano, favorecida pela variação cambial favorável de cerca de 17%.

Como comentado anteriormente, durante o primeiro semestre de 2019 esses fundos serão encerrados ou terão suas quotas transferidas para um único fundo exclusivo, sob responsabilidade da M Square Global, gestora com ampla

experiência em mercados internacionais, e que terá a missão de realizar investimentos no exterior em classes diversificadas de ativos, tais como fundos de ações globais, fundos de

crédito privado e fundos de retorno absoluto. O objetivo dessa iniciativa é a diversificação de mercados, por meio do acesso a aplicações não disponíveis no Brasil (por exemplo, em setores como o farmacêutico e de inovação tecnológica, entre outros).

O plano BásicoPlus mantém ainda uma pequena carteira de empréstimos a participantes, que encerrou o ano com um saldo de R\$ 1,1 milhão, correspondente a 54 participantes atendidos. Os empréstimos são remunerados por meio da cobrança de INPC mais 6% ao ano, e obtiveram uma rentabilidade de 9,8% no período.

O segmento **imobiliário** do plano BásicoPlus é composto pelos créditos advindos da venda,

O ativo total do plano BásicoPlus totalizou R\$ 884,2 milhões no fim de 2018, e sua rentabilidade bruta, de 10,0%, ficou significativamente acima da meta atuarial do plano, que registrou 9,1%.

realizada em outubro de 2017, dos imóveis até então de propriedade do plano, mediante alienação fiduciária dos imóveis em garantia. Essas parcelas a receber, corrigidas por INPC + 6% ao ano, correspondiam, no fim de 2018, a R\$ 43,0 milhões, cerca de 4,9% dos recursos do plano. Para fins do enquadramento dos limites aplicáveis aos investimentos, os créditos a receber pela venda dos imóveis são registrados no segmento imobiliário, ainda que não haja exposição direta a fatores de risco associados ao setor.

Para 2019, em linha com a Política de Investimento estabelecida para o período 2019-2023, a Fundação continuará a monitorar de perto o comportamento dos mercados financeiros e o desempenho da carteira do plano BásicoPlus, buscando a manutenção do nível adequado de liquidez considerando inclusive o processo de destinação do fundo previdencial, o atingimento de rentabilidade em linha com a meta atuarial do plano e a preservação de capital em um ano que deverá continuar a apresentar taxas de juros baixas no Brasil, assim como volatilidade elevada nos mercados financeiros, oriunda, principalmente, dos desdobramentos em torno da atuação do novo governo brasileiro e suas eventuais dificuldades na condução das reformas e do ajuste fiscal, como também da incerteza acerca do ritmo de crescimento dos países desenvolvidos e das tensões geopolíticas entre Estados Unidos e China.

Superavit e Reserva especial

O plano BásicoPlus continua apresentando uma expressiva situação superavitária.

Como havíamos reportado em nosso Relatório do ano anterior, o plano encerrou o exercício de 2017 registrando uma reserva especial de expressivos R\$ 91,3 milhões, acumulada durante os anos de 2013 a 2017. Conforme estabelecido

pela Resolução CGPC n. 26, de 29 de setembro de 2008, naquele momento esse excedente de superavit foi transferido para um fundo previdencial visando sua destinação, parte para os participantes e parte para as patrocinadoras do plano. No fim do exercício de 2018, esse fundo previdencial montava a expressivos R\$ 100,0 milhões, resultado da rentabilidade auferida pelos investimentos do plano durante o ano.

Em 2018, conforme determina a Resolução CGPC citada, a Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária da Fundação, elaborou um estudo econômico-financeiro específico para a destinação integral desse montante, parte aos participantes e parte às patrocinadoras. Esse estudo foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em reunião realizada em 29 de maio de 2018 e encaminhado à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 6 de junho de 2018, para apreciação e aprovação.

Em 3 de dezembro de 2018, a Previc, fazendo uso de suas prerrogativas, emitiu um Parecer por meio do qual solicitou à Fundação o atendimento a um conjunto de exigências e o aprofundamento de algumas análises atuariais elaboradas pela Mercer. O atendimento a essas exigências foi encaminhado para análise da Previc em fevereiro de 2019. Os valores a serem destinados são atualizados mensalmente, conforme a rentabilidade dos investimentos do plano.

Adicionalmente, a Mercer, ao apurar os resultados do BásicoPlus em 2018, verificou que o superavit técnico acumulado do plano em 31 de dezembro de 2018 ficou em R\$ 135,0 milhões, sendo R\$ 122,1 milhões correspondentes à reserva de contingência, valor que precisa ser mantido no plano para enfrentar incertezas do futuro; e R\$ 13,0 milhões que dá início a uma nova reserva especial. São números que atestam a continuidade da solidez do plano.



Política de Investimentos

Visando o ano de 2019, e dando continuidade ao trabalho que vem sendo feito periodicamente, a Fundação contratou, no segundo semestre de 2018, a realização de um novo estudo de *Asset Liability Management* (ALM), a cargo da empresa especializada Aditus Consultoria Financeira Ltda. Esse estudo associa os ativos que compõem a carteira do plano aos compromissos futuros junto a seus participantes, procurando determinar a alocação estratégica ótima dos investimentos para que o plano cumpra suas obrigações de pagamento de benefícios.

De posse dos estudos realizados, o Conselho Deliberativo da Fundação, em reunião

ocorrida em 6 de dezembro de 2018, aprovou a manutenção da Política de Investimentos vigente para o período 2019-2023, sem necessidades de ajustes no portfólio, obedecendo às disposições legais, que definem que a vigência da política de investimentos das entidades fechadas de previdência complementar é de, no mínimo, cinco anos, com revisões anuais. Os números da Política refletem, portanto, a alocação estratégica dos recursos, sujeita a movimentos táticos de acordo com as condições de mercado.

O quadro a seguir apresenta um resumo da Política 2019-2023, com suas respectivas metas de rentabilidade.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO (2019-2023)

Segmentos	Meta atuarial	Meta de rentabilidade	Limite legal	Alocação-objetivo	LIMITES Inferior Superior	
Renda fixa		INPC + 5,35% ao ano	100%	82%	45%	100%
Renda variável		Ibovespa	70%	5%	0%	20%
Estruturado		INPC + 5% ao ano	20%	9%	0%	20%
Exterior		Dólar (*) + 5% ao ano	10%	3%	0%	5%
Imobiliário		INPC + 6% ao ano	20%	0%	0%	8%
Operações com participantes		INPC + 6% ao ano	15%	1%	0%	2%
Plano BásicoPlus	INPC + 5,35% ao ano	INPC + 5,35% ao ano				

(*) Variação cambial do Real (BRL) em relação ao Dólar norte-americano (USD).

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e dos fundos de investimentos nos quais o plano aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Esse método consiste em registrar todos os ativos, para efeito de valorização e cálculo de quotas dos fundos de investimento, pelo preço transacionado no mercado ou, quando este não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação feita no mercado financeiro.

O plano, no entanto, contabiliza os títulos públicos que pretende carregar até o vencimento pela taxa do papel, método chamado de marcação na curva. A adoção desse critério, respaldada pela capacidade financeira do plano BásicoPlus de manter os títulos até o seu vencimento e confirmada pelo estudo de ALM realizado em 2018, está formalmente aprovada pelos órgãos reguladores e foi a estratégia adotada para proteger o plano de eventuais volatilidades nas taxas de juros de longo prazo. O cálculo do valor dos papéis na curva é realizado pelo agente custodiante independente, o Banco Itaú Unibanco S.A.

Os mandatos outorgados pela Fundação Promon aos gestores de seus fundos exclusivos permitem que eles utilizem instrumentos derivativos, desde que obedeçam aos limites, condições e restrições legais. É vedado que mantenham posições a descoberto ou que possam gerar perda superior ao valor do patrimônio da carteira ou do fundo de investimento. Essas restrições não se aplicam à carteira de fundos multimercados que integram o segmento de investimentos estruturados. O controle da aderência a essas disposições é feito individualmente por veículo de investimento pela custódia e, de forma redundante, por consultor especializado em gestão de risco contratado pela FPPS.

Hipóteses e métodos atuariais

A avaliação atuarial foi elaborada a partir da adoção de um conjunto de hipóteses e métodos atuariais resultante de um processo de interação entre a Fundação Promon e a Mercer, atuária da entidade, contando com o aval das patrocinadoras.

Em 2018, foram realizados pela Mercer os estudos técnicos de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras a serem adotadas na avaliação atuarial do exercício, de maneira a atender a dispositivos previstos pela legislação. O resultado dessas análises substanciou a aprovação pelo Conselho Deliberativo, em sua reunião de 6 de dezembro de 2018, de premissas e hipóteses atuariais para o exercício findo em 2018.

A metodologia utilizada pelo atuário para realização do cálculo de aderência da taxa de desconto teve por objetivo comprovar a adequação e a aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial de 2018 às características de sua massa de participantes, ao regulamento do plano e à sua carteira de investimentos. Tal adequação está relacionada à convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos garantidores do plano. Após analisar as projeções realizadas, o atuário atestou que a carteira de ativos do BásicoPlus apresenta condições de honrar o fluxo de pagamento de benefícios determinado para o plano pelas próximas décadas, e que a taxa real de juros poderia ser mantida em 5,35% ao ano, mesmo valor dos dois anos anteriores.

Um segundo estudo verificou a aderência das demais hipóteses, e seu resultado possibilitou manter inalteradas as premissas utilizadas no período anterior.



1 Método de financiamento	Crédito unitário projetado
2 Taxa de desconto	INPC+5,35% ao ano
3 Tábua biométrica	AT-2000 (desgravada em 20%)
4 Crescimento salarial	1% ao ano para funcionários, salário de participação constante para autopatrocinados
5 Rotatividade de pessoal	Nula
6 Entrada em benefício	Experiência de aposentadoria antecipada BásicoPlus

Plano anual de custeio para 2019

A utilização da rentabilidade projetada para os excedentes patrimoniais como fonte de custeio do plano continuará permitindo manter, no período compreendido entre abril de 2019 e março de 2020, apenas as contribuições necessárias à cobertura das despesas administrativas. Essa cobertura se dará integralmente por meio da reversão de recursos do fundo administrativo, permitindo-se a continuação, pelo terceiro período consecutivo, da isenção da contribuição mensal realizada pelos participantes autopatrocinados e pelas patrocinadoras.

O Conselho Deliberativo da Fundação, em sua reunião de 27 de março de 2019, aprovou a manutenção da suspensão da cobrança das contribuições complementares associadas à cobertura do serviço passado (a "joia" e os valores incidentes sobre vencimentos do tipo abono) para os participantes do plano de benefícios instituído em 1976, em função da situação superavitária verificada no fim de 2018.

O Conselho Deliberativo aprovou ainda, para o mesmo período, a manutenção da destinação de 0,35% ao ano dos investimentos dos recursos garantidores como fonte de custeio do plano e a progressiva constituição de um fundo administrativo para cobertura de custos futuros.

A boa rentabilidade obtida no ano propiciou o crescimento expressivo dos valores do fundo previdencial instituído no fim de 2017 para destinação a participantes e a patrocinadoras, bem como permitiu o início da constituição de uma nova reserva especial em 2018, demonstrando a solidez dos investimentos e a solvência do plano.



- ▶ As tabelas a seguir apresentam:
- a rentabilidade dos investimentos do plano para cada segmento de aplicação nos últimos três exercícios;
 - o comparativo de alocação em cada classe de ativo;
 - o demonstrativo analítico detalhado dos recursos sob gestão própria e gestão de terceiros.

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

BásicoPlus

SEGMENTOS	2018	2017	2016
Renda fixa	10,7%	8,7%	13,8%
Renda variável	18,6%	26,8%	25,2%
Estruturados	1,6%	2,4%	8,3%
Exterior	7,2%	22,3%	(13,9%)
Imobiliário	7,0%	20,3%	5,7%
Empréstimos	9,8%	8,1%	13,8%
Total	10,0%	10,0%	12,7%

INDICADORES

CDI	6,4%	10,0%	14,0%
Ibovespa	15,0%	26,9%	38,9%
IBrX	15,4%	27,5%	36,7%
INPC+5,35% ao ano (meta atuarial)	9,1%	7,4%	12,8%

Em 2016, meta atuarial de 5,0% ao ano.

COMPARATIVO DE ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS Valores em milhares de R\$

BásicoPlus

	31/12/2018		31/12/2017		LIMITE DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018-2022 (**)		LIMITE LEGAL (*)
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	Inferior	Superior	
Renda fixa	689.454	78,7	646.707	76,8	45%	100%	100%
Títulos públicos	609.638	69,6	581.110	69,0			
Títulos privados	9.058	1,0	8.289	1,0			
Fundos exclusivos	–	–	57.308	6,8			
Fundos abertos	70.758	8,2	–	–			
Renda variável	64.893	7,4	54.749	6,5	0%	20%	70%
Fundos exclusivos	59.484	6,8	48.447	5,8			
Fundos abertos	5.409	0,6	6.302	0,7			
Estruturado	59.878	6,8	56.618	6,8	0%	20%	20%
Fundos exclusivos	30.001	3,4	19.040	2,3			
Fundos abertos	29.877	3,4	37.578	4,5			
Exterior	18.148	2,1	16.933	2,0	0%	5%	10%
Imobiliário	42.984	4,9	65.814	7,8	0%	8%	20%
Empréstimos a participantes	1.090	0,1	976	0,1	0%	2%	15%
Disponível	47	0,0	138	0,0			
Total	876.494	100,0	841.934	100,0			

(*) Conforme Resolução CMN n. 4.661 de 25/05/2018. | (**) Limites conforme revisão da Política aprovada pelo Conselho Deliberativo em 07/08/2018.

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS Valores em milhares de R\$

BásicoPlus	31/12/2018		31/12/2017	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Recursos garantidores das reservas técnicas	876.494	100,0	841.934	100,0
GESTÃO PRÓPRIA	662.816	75,6	656.327	78,0
Renda fixa	618.696	70,6	589.399	70,0
Títulos públicos	609.638	69,6	581.110	69,0
Títulos privados	9.058	1,0	8.289	1,0
Imobiliário	42.984	4,9	65.814	7,8
Direitos em alienação de imóveis ^(a)	42.984	4,9	65.814	7,8
Empréstimos a participantes	1.090	0,1	976	0,1
Disponível	47	0,0	138	0,0
GESTÃO TERCEIRIZADA	213.677	24,4	185.607	22,0
Renda fixa	70.758	8,1	57.308	6,8
Itaú Soberano Referenciado DI Longo Prazo ^(b)	70.758	8,1	–	–
Bradesco FIC Jequitibá ^(c)	–	–	57.308	6,8
• Santander FI Angelim	–	–	21.438	2,6
• Votorantim FI Angico	–	–	10.726	1,3
• Bradesco Sucupira	–	–	8.784	1,0
• Itaú FI Paineira	–	–	13.428	1,6
• BNP Paribas FI Garantãs	–	–	2.931	0,3
Renda variável	64.893	7,4	54.749	6,5
FIC FIA Pau Brasil (Vinci) ^(c)	32.598	3,7	27.319	3,2
Bradesco FIA Promon ^(c)	26.886	3,1	21.128	2,5
Velt Institucional FIC FIA ^(f)	5.409	0,6	4.974	0,6
Vinci Valor Dividendos	–	–	1.328	0,2
Estruturado	59.877	6,8	56.617	6,7
Itaú Aroeira Multimercado FIC FI ^(c)	30.001	3,4	19.040	2,3
Pátria Real Estate II FIP	12.924	1,5	16.966	2,0
Pátria Real Estate III FIP	4.060	0,5	3.171	0,4
Lacan Florestal FIP	8.922	1,0	6.937	0,8
Lacan Florestal FIP II	2.195	0,3	–	–
BTG Pactual Timberland FIC FIP	1.776	0,2	1.511	0,2
Verde AMV FIC FIM ^(d)	–	–	8.993	1,1
Exterior ^(e)	18.148	2,1	16.933	2,0
M Square Global Equity Managers Institute FIC FIM IE	9.015	1,0	8.307	1,0
BB Multimercado BlackRock IE FI	6.190	0,7	5.908	0,7
BB Multimercado Nordea IE FI	2.944	0,3	2.718	0,3

^(a) Parcelas a receber, advindas da venda dos imóveis. | ^(b) Parte dos valores está em processo de migração para fundos exclusivos de renda fixa sob gestão da Mauá, Vinci e Western Asset. | ^(c) Fundos exclusivos. | ^(d) Incorporado ao fundo Itaú Aroeira Multimercado FIC FI. | ^(e) Durante o primeiro trimestre de 2019, os valores serão transferidos para um fundo exclusivo, sob gestão da M Square. | ^(f) Fundo renomeado em 2018.

▶ Atualizações da legislação

Em 2018, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), órgão regulador do regime de previdência operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC); o Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional; e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão fiscalizador/supervisor das EFPC, publicaram importantes Resoluções e Instruções, que visaram disciplinar e alterar procedimentos e obrigações dos fundos de pensão. Um sumário das principais alterações está indicado a seguir:

Resolução CNPC n. 25, de 13/09/2017, publicada em 03/04/2018	Dispõe sobre transferências de gerenciamento de planos de benefícios entre as EFPC
Resolução CNPC n. 26, de 13/09/2017, publicada em 03/04/2018	Dispõe sobre a adoção de transações remotas pelas EFPC
Resolução CNPC n. 27, de 06/12/2017, publicada em 03/04/2018	Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as EFPC
Resolução CNPC n. 28, de 06/12/2017, publicada em 03/04/2018	Estabelece regras para constituição e utilização do Fundo Administrativo das EFPC
Resolução CNPC n. 29, de 13/04/2018, publicada em 21/05/2018	Dispõe sobre procedimentos contábeis das EFPC
Resolução CNPC n. 30, de 10/10/2018, publicada em 31/11/2018	Dispõe sobre a apuração do resultado, destinação de superavit e equacionamento de deficit dos planos previdenciários
Resolução CNPC n. 31, de 11/12/2018, publicada em 28/12/2018	Dispõe sobre a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos planos previdenciários das EFPC
Resolução CMN n. 4.661, de 25/05/2018, publicada em 29/05/2018	Dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPC
Instrução Previc n. 3, de 24/08/2018, publicada em 11/09/2018	Dispõe sobre o Comitê de Auditoria e as informações a serem apresentadas nos relatórios do auditor independente
Instrução Previc n. 6, de 14/11/2018, publicada em 16/11/2018	Dispõe sobre a operacionalização de procedimentos para aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPC
Instrução Previc n. 9, de 21/11/2018, publicada em 26/11/2018	Dispõe sobre o licenciamento e funcionamento de planos de benefícios instituídos
Instrução Previc n. 10, de 30/11/2018, publicada em 03/12/2018	Regulamenta critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro e estabelece procedimentos para destinação de superavit e equacionamento de deficit dos planos previdenciários

▶ Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é uma entidade contábil que registra as receitas e as despesas administrativas da Fundação. Possui balanço próprio, referente aos seus gastos com a gestão previdencial e de investimentos e tem seus recursos financeiros aplicados conforme política de investimentos específica. Suas regras de funcionamento estão estabelecidas em seu regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As **despesas administrativas** são contabilizadas no PGA considerando-se o plano previdenciário correspondente, ou seja, as despesas específicas de cada plano de benefícios são alocadas diretamente a eles, e as despesas comuns aos planos são segregadas de acordo com um critério de rateio elaborado por consultores externos. O critério atual é resultante de um estudo elaborado em 2015 pela empresa especializada JCMB Consultores, que buscou definir a melhor maneira de distribuição, alocação e apropriação desses gastos comuns, proporcionando a visualização do real custo de cada um dos planos de benefícios da FPPS.

Desse modo, as despesas administrativas previdenciárias comuns foram rateadas na proporção do número de participantes de cada plano, ponderado segundo sua situação (ativo, autopatrocinado ou assistido), de modo a refletir o esforço administrativo associado ao plano. Já as despesas administrativas comuns de investimentos foram rateadas na proporção do valor do patrimônio de cada plano de benefícios. Em 2018, as despesas totalizaram pouco menos de R\$ 8,3 milhões, sendo R\$ 5,2 milhões referentes ao plano MultiFlex e R\$ 3,0 milhões referentes ao plano BásicoPlus.

As **receitas administrativas** representam as contribuições de participantes e patrocinadoras e a parcela dos rendimentos dos investimentos,

de acordo com o plano anual de custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. As contribuições em 2018 foram de R\$ 7,8 milhões, sendo R\$ 4,7 milhões correspondentes ao plano MultiFlex e R\$ 3,1 milhões correspondentes ao plano BásicoPlus.

O patrimônio do PGA é constituído da acumulação da diferença entre receitas e despesas administrativas de cada plano de benefícios, cuja sobra ou insuficiência no exercício é alocada ou revertida ao respectivo **fundo administrativo**. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 8,5 milhões, sendo R\$ 1,0 milhão do MultiFlex e R\$ 7,5 milhões do BásicoPlus.

Política de Investimentos

Visando os próximos anos, o Conselho Deliberativo, em sua reunião de 6 de dezembro de 2018, aprovou a Política de Investimentos para o período de 2019 a 2023, com um pequeno ajuste em relação à Política vigente: a alocação-objetivo da renda fixa foi reduzida de 92% para 87% e a dos investimentos estruturados foi aumentada de 8% para 13%.



As tabelas a seguir apresentam:

- um resumo da Política 2019-2023, com suas respectivas metas de rentabilidade;
- a rentabilidade alcançada pelos investimentos nos últimos três exercícios;
- demonstração de resultados;
- despesas administrativas referentes aos exercícios de 2018 e 2017.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO (2019-2023)

Segmentos	Benchmark	Meta de rentabilidade	Limite legal	Alocação-objetivo	LIMITES Inferior Superior
Renda fixa	CDI	CDI	100%	87%	85% 100%
Renda variável	–	–	70%	–	
Estruturado	CDI + 2% ao ano	INPC + 5% ao ano	20%	13%	0% 15%
Exterior	–	–	10%	–	
Imobiliário	–	–	20%	–	
Operações com participantes	–	–	15%	–	
PGA	CDI	CDI			

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS INVESTIMENTOS Valores em milhares de R\$

PGA	31/12/2018		31/12/2017	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Recursos garantidores das reservas técnicas	7.928	100,0	7.658	100,0
GESTÃO PRÓPRIA	238	3,0	–	–
Disponível	238	3,0	–	–
GESTÃO TERCEIRIZADA	7.690	97,0	7.658	100,0
Renda fixa	6.727	84,9	7.038	91,9
Itaú Soberano Referenciado DI Longo Prazo	6.727	84,9	–	–
Santander Soberano DI	–	–	7.038	91,9
Estruturado	963	12,1	619	8,1
Itaú Aroeira Multimercado FIC FI	963	12,1	619	8,1

DESPESAS ADMINISTRATIVAS Valores em milhares de R\$

	MultiFlex		BásicoPlus		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Salários e encargos	2.965	2.638	1.312	1.174	4.277	3.812
Sistemas administrativos terceirizados	698	649	374	306	1.072	955
Custódia	346	357	440	454	786	811
Impostos, taxas e tarifas	280	250	222	234	502	484
Consultoria jurídica	82	69	39	293	121	362
Consultoria atuarial	3	159	203	65	206	224
Sistemas e Comunicação	80	55	38	28	118	83
Auditoria contábil	128	0	61	9	189	9
Consultoria Investimentos	126	–	65	10	191	10
Outras despesas	523	468	289	246	811	714
Total	5.231	4.645	3.043	2.819	8.274	7.464

RENTABILIDADE POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

PGA	2018	2017	2016
SEGMENTOS			
Renda fixa	9,1%	9,9%	13,7%
Estruturado	6,8%	11,1%	11,6%
Total	8,9%	10,0%	13,7%
INDICADORES			
CDI	6,4%	10,0%	14,0%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 | Valores em milhares de R\$

PGA	2018	2017	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	7.712	7.482	3
1. Custeio da gestão administrativa	8.211	7.694	7
1.1. Receitas	8.211	7.694	7
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.506	1.612	(7)
Custeio administrativo dos investimentos	6.254	5.342	17
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	16	37	(57)
Resultado positivo dos investimentos	435	701	(38)
Outras receitas	-	2	(100)
2. Despesas administrativas	(8.275)	(7.464)	11
2.1. Administração previdencial	(4.485)	(3.886)	15
Pessoal e encargos	(2.686)	(2.354)	14
Treinamentos, congressos e seminários	(10)	(25)	(60)
Viagens e estadias	(8)	(3)	167
Serviços de terceiros	(1.082)	(989)	9
Despesas gerais	(489)	(287)	70
Tributos	(210)	(228)	(8)
2.2. Administração dos investimentos	(3.790)	(3.578)	6
Pessoal e encargos	(1.592)	(1.456)	9
Treinamentos, congressos e seminários	(7)	(18)	(61)
Viagens e estadias	(6)	(2)	200
Serviços de terceiros	(672)	(722)	(7)
Despesas gerais	(1.122)	(1.003)	12
Tributos	(291)	(256)	14
Outras despesas	(100)	(121)	(17)
3. Constituição/Reversão de contingências administrativas	-	-	-
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	(64)	230	(128)
7. Constituição/Reversão do fundo administrativo (6)	(64)	230	(128)
8. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	7.648	7.712	(1)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Diretores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da
Fundação Promon de Previdência Social | São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Promon de Previdência Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação Promon de Previdência Social, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC n. 29) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social, e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Promon de Previdência Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefícios”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no

Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou plano de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2019.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi

Contador CRC 1SP206103/O-4

A Fundação Promon utiliza diferentes meios para manter seus participantes sempre bem informados sobre a dinâmica da entidade e os planos de previdência que administra.



▶ **Site Fundação Promon**
www.fundacaopromon.com.br

dois ambientes:
público e restrito

Site institucional | Público

- Planos administrados pela FPPS
- Patrocinadoras
- Governança corporativa
- Resumos financeiros dos últimos 5 anos

Portal do Participante | Área restrita

- Dados de cadastro
 - Saldo de conta individual e as movimentações e históricos de contribuição e de benefícios
 - Rentabilidade do plano
 - Demonstrativos financeiros
 - Políticas de investimentos dos planos
- E muito mais informações!

▶ App Participante FPPS

Simplicidade e facilidade para o participante acompanhar, a qualquer momento e de qualquer lugar, a evolução do seu plano de previdência



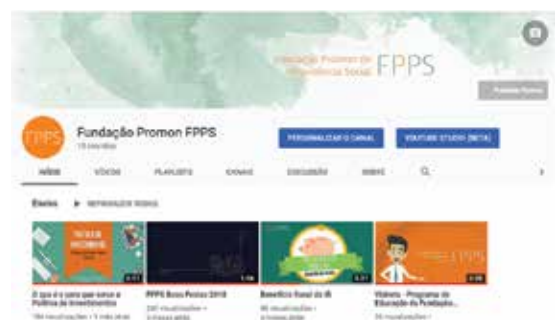
A Fundação também utiliza meios específicos para reforçar o conhecimento de seus participantes nos temas previdenciário e financeiro

▶ **Website do Programa de Educação FPPS**
www.educafpps.com.br

- Notícias e artigos
 - Vídeos
 - Cursos
 - Planilhas
- E muito mais!



▶ **Canal Fundação Promon FPPS Youtube**



Conselho Deliberativo

Presidente

Luiz Fernando Telles Rudge

Conselheiros indicados

João Aparecido Gotardi Albanezi
Luiz Gonzaga Marinho Brandão
Márcio Nieblas Zapater

Conselheiros eleitos

Cláudio Pfszter
Moisés Falco
Raul Antonio Del Fiol

Suplentes

Eduardo Werneck Vieira Marques
Ivan Cozaciuc
Lígia Senise Ferreira Bussad

Conselho Fiscal

Conselheiros indicados

Fábio Bittencourt R. de Oliveira
Márcio Emídio Gavioli

Conselheira eleita

Rosana Bretzel

Suplente

Caren Tie Itagaki

Diretoria Executiva

Diretor-presidente

Milton Lopes Antelo Filho (ARPB)

Diretores

André Natali Schonert (AETQ)
Marcia A. Fernandes Kopelman

Comitê de Investimentos

André Natali Schonert (coordenador)
Ivo Godoi Junior
Luiz Fernando Telles Rudge
Luiz Gonzaga Marinho Brandão
Mário Sérgio de Pina Ribeiro
Paulo Antônio Arouca

**Composição em 31 de dezembro de 2018
(mandato 2016-2019)**



FPPS | Fundação Promon de Previdência Social

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
04543-900 São Paulo SP Brasil
www.fundacaopromon.com.br